



PREFEITURA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Prefeito Wilson Damião, 48A
CEP: 35359-000 Vermelho Novo -MG
CNPJ: 01.620.744/0001-71

Lei n°. 503/2019, de 25 de Setembro de 2019.

AUTORIZA CONCESSÃO DE
SUBVENÇÕES, CONTRIBUIÇÕES,
AUXÍLIOS FINANCEIROS E CONTÉM
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Vermelho Novo/MG, por seus representantes aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Com base nas consignações orçamentárias do Município e respectivos créditos adicionais autorizados, fica o Executivo Municipal autorizado a conceder subvenções, auxílios, contribuições, no exercício de 2020, conforme a seguinte designação:

FAVORECIDO	VALOR R\$
CONTRIBUIÇÕES:	
CONTRIBUIÇÃO A AMM E CMA	27.000,00
MUN. COM. DE SAUDE DE CARATINGA	90.000,00
EMERITA	62.000,00
MUNICÍPIO TURISTICO MONTANHAS E FÉ	12.000,00
CONTRIBUIÇÃO AO CONSEF	8.000,00
SUBVENÇÕES:	

Geraldo José do Carmo
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Prefeito Wilson Damião, 48A

CEP: 35.59-000 Vermelho Novo -MG

CNPJ: 01.620.744/0001-71

ASSOCIAÇÃO	62.000,00
ASSOCIAÇÃO	14.000,00
ASSOCIAÇÃO MÃE ADMIRÁVEL	14.000,00
ASSOCIAÇÃO DESAFIO JOVEM HEBROM	12.000,00
TRANSF. A ASSOC. BENEFICIENTE DE RAUL SOARES	60.000,00
MANUTENÇÃO DO CONVENIO CORPO DE BOMBEIROS	12.000,00
TOTAL	373.000,00

Art. 2º - Fundamentalmente e nos limites das possibilidades do Município, a concessão de subvenções sociais, através de contribuições visará à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica, hospitalar, educacional, cultural e esportiva.

Art. 3º - Somente às instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias, a critério da Administração Municipal, serão concedidos os benefícios desta Lei.

Art. 4º - A concessão de subvenções sociais destinadas às entidades sem fins lucrativos somente poderão ser realizadas depois de observadas às seguintes condições:

- I - atender direto ao público, de forma gratuita;
- II - não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;
- III - apresentar declaração de regular funcionamento nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2020 por autoridade competente;
- IV - comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria;
- V - ser declarada por lei como entidade de utilidade pública;
- VI - apresentar o Plano de Aplicação dos Recursos, especificando as metas e objetivos;
- VII - existir recursos orçamentários e financeiros;
- VIII - celebrar o respectivo convênio;
- IX - atender os requisitos da Lei 13.019/2014.


Geraldo José do Carmo
 Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Prefeito Wilson Damião, 48A

CEP: 35359-000 Vermelho Novo - MG

CNPJ: 01.620.744/0001-71

Art. 5º - O valor do auxílio sempre que possível, será calculado com base na unidade de serviços efetivamente prestados postos à disposição dos interessados, obedecendo aos padrões mínimos de eficiência previamente fixados por autoridade competentes.

Art. 6º - A destinação de recursos a título de "contribuições", a qualquer entidade, para despesas correntes e de capital, além de atender ao que determina o artigo 12, parágrafos 2º e 6º, da Lei nº. 4.320/64, somente poderá ser efetuada mediante previsão na lei orçamentária.

Art. 7º - As transferências de recursos do Município, contidos na lei orçamentária anual para o Estado, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Art. 8º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio-funeral, auxílio-moradia, cestas básicas, óculos, prótese, cadeira de rodas, cobertores, colchões, fraldas, leite, gás de cozinha, pagamento de água e luz a beneficiários e desvalidos até o limite das dotações orçamentárias, seus respectivos créditos adicionais e suas disponibilidades financeiras.

Parágrafo Primeiro: Entende-se por auxílio funeral: Equipamento de urna mortuária, ornamentação fúnebre e transporte do falecido.

Parágrafo Segundo: Entende-se por auxílio moradia: Equipamento de materiais de construção e pagamento temporário de aluguel a desabrigados.

Art. 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio de medicamentos, auxílios com assistência médica, hospitalar e laboratorial a pacientes do município até o limite das dotações orçamentárias, seus respectivos créditos adicionais e suas disponibilidades financeiras.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas com tratamento fora do domicílio - TFD, garantindo transporte, alimentação e estadia, aos pacientes do município que necessitar de tratamento médico-hospitalar disponível somente em outras cidades, até o limite das dotações orçamentárias, seus respectivos créditos adicionais e suas disponibilidades financeiras.

Art. 11 - Os auxílios de que trata o caput dos artigos 8º, 9º e 10 serão assegurados, após análise do serviço de

Geraldo José do Carmo
Prefeito Municipal

VERMELHO NOVO
EST. 1
01 20

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERMELHO NOVO

Rua Prefeito Wilson Damião, 48A
CEP: 35.59-000 Vermelho Novo -MG
CNPJ: 01.620.744/0001-71

assistência social, mediante fornecimento do material, serviço ou recurso financeiro para seu custeio.

Parágrafo Primeiro: Quando a cessão dos benefícios for por meio de auxílio financeiro, deverá o beneficiário ou seu responsável legal, prestar contas junto ao serviço de assistência social, por meio de apresentação de documento que permita o uso do recurso financeiro para custeio do benefício devidamente autorizado.

Parágrafo Segundo: Será autorizado a receber o recurso financeiro junto à tesouraria do município o beneficiário direto ou seu representante legal, mediante a autorização de que trata o caput deste artigo após processamento de prévio pedido.

Parágrafo Terceiro: Ficará impedido de receber novo benefício aquele que não prestar contas do recurso anteriormente recebido, sendo a falta na prestação de contas somente sanada mediante a devolução dos recursos financeiros dos cofres públicos.

Art. 12 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente através do envio de prestação de contas ao órgão competente, com a finalidade de verificar o cumprimento das metas e objetivos constantes no Plano de Aplicação dos Recursos.

Parágrafo Único - O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor a partir de 1º. (primeiro) de janeiro de 2020, revogadas todas as disposições em contrário.

Vermelho Novo, 25 Setembro de 2019.


Geraldo José do Carmo
Prefeito Municipal